



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção escrita

Os contratos com as duas empresas de serviços de autocarros deviam caducar em Agosto de 2018, porém, o Governo disse que não tinha tempo de concluir a negociação de forma adequada e que, por isso, era necessário celebrar contratos provisórios por mais 15 meses. Este tipo de renovação significa que os prestadores desses serviços não precisam de melhorar nada, recebem dinheiro, e as tarifas aumentam na mesma.

Como todos sabem, a maior desvantagem dos contratos de serviços de autocarros com duração de 7 anos, celebrados em Agosto de 2011, era os prestadores desses serviços, com a colaboração do Governo, poderem aumentar constantemente as tarifas às escondidas do público. Não podemos esquecer que, em 2011, a tarifa na península de Macau era apenas 3 patacas (a generalidade dos passageiros pagava 2 patacas e o Governo subsidiava 1 pataca), mas em 2018 subiu para seis patacas e sessenta avos. Os utilizadores dos serviços de autocarros não têm sempre conhecimento dos aumentos. Se o Governo não tivesse tido de justificar perante os cidadãos o pedido de pagamento de mais 1 pataca, as gentes de Macau iriam continuar na ignorância. Em Macau, o aumento das tarifas dos serviços de utilidade pública é rigorosamente condicionado, os operadores têm de tomar a iniciativa de apresentar os pedidos ao Governo e de os justificar, e só assim é que têm possibilidade de os ver aprovados. Durante este processo, o público, que é interessado, pode ter conhecimento do aumento, assegurando-se assim o direito à informação. Contudo, os serviços de autocarros são uma excepção. Segundo os actuais contratos, as tarifas dos autocarros podem ser aumentadas constante e silenciosamente, sem que seja necessário apresentar

IE-2019-10-25-Au Kam San (p) FL-APN



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

qualquer pedido. Assim, este regime irracional deve ser alterado aquando da renovação dos contratos. Se, devido à impossibilidade de definir um novo contrato, o Governo se limita a uma renovação provisória nos mesmos termos contratuais, quem ganha, seguramente, são os operadores de autocarros, e quem perde é o Governo e os cidadãos. No ano passado, alegou-se que, por não haver tempo suficiente, era necessária uma renovação provisória de 15 meses, e as gentes de Macau só puderam ser forçados a “engolir”. Os 15 meses da renovação provisória terminam em finais de Outubro, e o Governo vem alegar a mesma justificação para renovar provisoriamente os contratos por mais 14 meses. Isto é difícil de aceitar.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo tem-se recusado a dar a conhecer ao público a sua posição sobre a renovação das concessões dos referidos serviços, alegando estar em negociações com as duas empresas sobre o conteúdo dos contratos. O que é que vai ser alterado? Vão ser definidas cláusulas para melhorar a qualidade dos serviços, por forma a satisfazerem as necessidades dos cidadãos de Macau? O estúpido aumento automático das tarifas vai ser eliminado dos novos contratos?
2. Ao longo destes anos, o Governo tem sempre alegado estar em negociações com as duas empresas sobre o teor dos contratos. Entretanto, renovou-os por mais 14 meses, a pretexto da falta de consenso, o que significa que, nos próximos 14 meses, as tarifas vão poder continuar a aumentar automaticamente ao abrigo dos contratos. Afinal, o que é que foi negociado entre ambas as partes? Por que razão não se conseguiu chegar a consenso? Trata-se de serviços de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

utilidade pública que implicam uso do erário público, portanto, deve haver transparência. Ainda não se chegou a consenso sobre o quê? O Governo deve divulgar isso. O que é que o Governo pensa fazer nos próximos 14 meses para resolver os problemas?

3. É de referir que no caso do jogo, que é o sector com mais peso na economia de Macau, as autoridades pretendem abrir concurso público para decidir sobre os novos operadores, uma vez que isso favorece a entrada de novos concorrentes, contribuindo assim para o desenvolvimento saudável do sector e para a maximização dos benefícios para a sociedade de Macau. As negociações dos serviços de autocarros, sujeitas a várias rondas, prolongaram-se durante mais de dois anos. Se o Governo não consegue chegar a um acordo com as duas empresas, nem pode divulgar os principais obstáculos com que se deparou, então, isto significa que existem necessariamente muitas “coisas tortas” que o público não pode saber. Por que razão é que o Governo não resolve avançar com um novo concurso público, em vez de continuar neste impasse? Escolher outras empresas de qualidade é sempre melhor do que continuar neste impasse e, além disso, corresponde melhor ao interesse público de Macau.

25 de Outubro de 2019

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San

IE-2019-10-25-Au Kam San (p) FL-APN

3